



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO



## **PROTOCOLO DE ATUAÇÃO CONJUNTA**

**PROTOCOLO DE ATUAÇÃO CONJUNTA** que celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, a **FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL – FAMURS** e o **INSTITUTO DE COMBATE À FRAUDE E DEFESA DA CONCORRÊNCIA – ICDE**, objetivando a implantação de programa coordenado de ações educacionais que abordem nas escolas a questão dos ilícitos socialmente aceitos.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – MP/RS**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 93802833/0001-57, com sede na Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, Porto Alegre-RS, por seu Procurador-Geral de Justiça, em exercício, Dr. Eduardo de Lima Veiga, a **FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL – FAMURS**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 88.733.811/0001-42, com sede na Rua Marcílio Dias, 574, Porto Alegre-RS, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Elir Domingo Girardi, e o **INSTITUTO DE COMBATE À FRAUDE E DEFESA DA CONCORRÊNCIA – ICDE**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 08.259.925/0001-63, com sede na Rua Doutor Florêncio Ygartua, 288/707, Moinhos de Vento, Porto Alegre-RS, representado por seu Diretor-Presidente, Sr. Rodrigo Holtermann Lagreca,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

**CONSIDERANDO** as tratativas empenhadas entre a FAMURS, o ICDE e o MP/RS para que as três entidades unam-se com o propósito de desenvolver ações educativas quanto aos ilícitos socialmente aceitos, em especial a corrupção, a pirataria e sonegação fiscal;

**CONSIDERANDO** que as partes integram o Comitê Institucional de Combate à Pirataria do Estado do Rio Grande do Sul;

**CONSIDERANDO** as recentes experiências da parceria ICDE e MP/RS no desenvolvimento e implementação do Projeto "ESCOLEGAL";

**CONSIDERANDO** os objetivos da campanha institucional "O que você tem a ver com a corrupção", patrocinada pelo MP/RS,

**FIRMAM** o presente **PROTOCOLO DE ATUAÇÃO CONJUNTA**, o qual se regerá pelas **CLÁUSULAS** que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O presente Protocolo de Atuação Conjunta tem por objeto a cooperação e o apoio recíproco para a implantação de programa coordenado de ações educacionais que abordem nas escolas a questão dos ilícitos socialmente aceitos, tais como: corrupção, pirataria, sonegação fiscal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

e outros contornos à lei, que permeiam a sociedade com seu consentimento velado ou explícito.

Os conteúdos a serem desenvolvidos terão como base o Projeto ESCOLEGAL, do ICDE, e a campanha "O que você tem a ver com a corrupção?", de responsabilidade do MP/RS, e serão adequados ao público alvo, de acordo com sua faixa etária e nível de formação intelectual, condição sócio-econômica, etc.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Para a realização do objeto deste Protocolo de Atuação Conjunta as partes assumem as seguintes responsabilidades:

#### I - Caberá ao **MP/RS**:

- envidar esforços para viabilização e promoção do projeto, emprestando amparo institucional e, dentro das possibilidades, disponibilizar recursos humanos para participar das atividades educacionais desenvolvidas;
- disponibilizar ao projeto os conteúdos e o material publicitário da campanha "O que você tem a ver com a corrupção?"

#### II - Caberá a **FAMURS**:

- envidar esforços para promover institucionalmente o projeto;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

- estabelecer critérios para a seleção dos Municípios a serem atendidos pelo projeto a cada ano;
- auxiliar e dar suporte aos eventos e atividades desenvolvidas em Porto Alegre;
- buscar apoio das suas associações regionais para a realização das atividades nas cidades selecionadas;
- auxiliar na busca de financiamento público e/ou privado para a efetiva implementação do projeto.

III - Caberá ao **ICDE**:

- buscar captar recursos financeiros para a viabilização do projeto;
- adaptar os conteúdos e métodos do projeto ESCOLEGAL aos objetivos previstos no presente Protocolo de Atuação;
- no desenvolvimento de atividades nas escolas e comunidades:
  1. realizar oficina de trabalho com alunos de sete a 12 anos de idade;
  2. coordenar aplicação de atividade teatral interativa;
  3. realizar oficina de capacitação de professores;
  4. realizar debates abertos à comunidade.
- no desenvolvimento de atividades em fóruns nas cidades selecionadas em parceria com a FAMURS:
  1. realizar capacitação de professores.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO



IV – Constituem **obrigações recíprocas**:

- a) manter sigilo de todos os dados de ordem técnica ou administrativa inerentes ao projeto educativo decorrente do presente Protocolo;
- b) apresentarem-se ao público, no que diz respeito às atividades decorrentes do presente Protocolo, sempre na condição de cooperadas, não podendo tomar decisões relativas ao presente ajuste sem consulta prévia uma à outra;
- c) respeitar os direitos autorais dos profissionais envolvidos no projeto, podendo utilizar os trabalhos produzidos mediante indicação de sua autoria, sem que isto implique em qualquer compensação financeira aos autores;
- d) cada parte assumirá os encargos financeiros decorrentes de sua atuação na execução do presente Protocolo;
- e) prestar contas aos demais participantes, sempre que solicitado, tanto no que se refere aos conteúdos desenvolvidos, métodos utilizados, quanto a recursos obtidos e aplicados.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

O ICDE, enquanto desenvolvedor dos conteúdos e métodos de trabalho constantes deste Protocolo, compromete-se a disponibilizá-los para consulta e validação dos demais membros da parceria tripartite – MP/RS e FAMURS – previamente à sua aplicação, sob demanda específica dos requerentes supracitados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO



### CLÁUSULA QUARTA

O presente Protocolo de Atuação Conjunta não gera vínculo empregatício ou previdenciário entre os professores pesquisadores, alunos, estagiários e os Municípios ou entre os empregados, prepostos ou contratados da FAMURS, do MP/RS e do ICDE, em relação a uma das partes e assim reciprocamente, nem tampouco solidariedade civil e fiscal entre as partes, respondendo cada uma delas pelas respectivas obrigações perante órgãos públicos ou terceiros.

### CLÁUSULA QUINTA

O presente Protocolo de Atuação Conjunta entrará em vigor na data de assinatura e terá duração de 02 (dois) anos, podendo ser renovado e/ou modificado mediante Termo Aditivo, se houver interesse das partes signatárias.

### CLÁUSULA SEXTA

O presente Protocolo pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, pela parte interessada, sem que caiba qualquer indenização às demais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MINISTÉRIO PÚBLICO

### **CLÁUSULA SÉTIMA**

As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Protocolo de Atuação Conjunta.

Porto Alegre, 30 de janeiro de 2009.

**Eduardo de Lima Veiga,**  
Procurador-Geral de Justiça, em exercício.

**Elir Domingo Girardi,**  
Presidente da Federação das Associações de Municípios  
do Rio Grande do Sul - FAMURS.

**Rodrigo Holtermann Lagreca,**  
Diretor-Presidente do Instituto de Combate à Fraude  
e Defesa da Concorrência – ICDE.